



CNPJ 00.333.678/0001-96

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Maio de 2025

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	pág. 3
2. ABRANGÊNCIA	pág. 3
3. PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS	pág. 3
4. TIPOS DE DADOS TRATADOS	pág. 4
a) Dados de Pacientes e Usuários dos Serviços de Saúde	pág. 4
b) Dados de Colaboradores, Estagiários, Prestadores e Servidores	pág. 4
c) Dados de Empresas e Representantes de Licitações/Contratos	pág. 5
d) Dados de Visitantes, Prestadores Eventuais e Outros	pág. 7
5. BASES LEGAIS PARA O TRATAMENTO	pág. 5
6. FORNECIMENTO DE TERMOS DE CONSENTIMENTO	pág. 5
7. COMPARTILHAMENTO DE DADOS	pág. 5
8. SEGURANÇA E ANONIMIZAÇÃO DOS DADOS	pág. 6
9. CONTRATOS E TERCEIRIZAÇÃO	pág. 6
10. DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS	pág. 6
11. ENCARREGADO PELO TRATAMENTO DE DADOS	pág. 7
12. ATUALIZAÇÃO DA POLÍTICA	pág. 7
13. VIGÊNCIA	pág. 7

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO SUDOESTE – CONSUD

1. INTRODUÇÃO

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste (CONSUD), autarquia interfederativa de direito público com sede administrativa na Rua México, nº 868, Bairro Industrial, Francisco Beltrão – PR, CEP 85601-210, inscrito no CNPJ sob o nº 00.333.678/0001-96, instituído por 27 municípios consorciados da região Sudoeste do Paraná, estabelece a presente Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, nos termos da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Este documento visa esclarecer como os dados pessoais, inclusive sensíveis e biológicos, são coletados, utilizados, armazenados, compartilhados, protegidos e descartados no âmbito das atividades desempenhadas pelo CONSUD, garantindo a observância dos princípios da boa-fé, da legalidade, da finalidade e da transparência.

2. ABRANGÊNCIA

Esta Política aplica-se ao tratamento de dados pessoais realizados:

- Por servidores, prestadores e parceiros do CONSUD;
- Por sistemas terceirizados contratados para gerenciamento de consultas, exames, agendamentos, prontuário eletrônico e demais serviços;
- Durante a execução de atividades assistenciais, administrativas e contratuais;
- No âmbito dos contratos firmados com os municípios consorciados, prestadores de serviço e fornecedores;
- Aos titulares de dados atendidos, especialmente pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS).

3. PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

O tratamento de dados pessoais pelo CONSUD observará os seguintes princípios:

- Finalidade
- Adequação

- Necessidade
- Livre Acesso
- Qualidade dos Dados
- Transparência
- Segurança
- Prevenção
- Não Discriminação
- Responsabilização e Prestação de Contas

4. TIPOS DE DADOS TRATADOS

O CONSUD realiza o tratamento de dados pessoais e sensíveis necessários para o exercício de suas atividades, abrangendo, mas não se limitando a:

a) Dados de Pacientes e Usuários dos Serviços de Saúde:

- Nome completo, CPF, RG, data de nascimento, endereço, telefone, e-mail;
- Dados de saúde: histórico médico, diagnósticos, exames, prescrições, encaminhamentos, laudos, dados laboratoriais;
- Dados sensíveis e biológicos: origem racial ou étnica, dados genéticos, biometria, gênero, orientação sexual, informações sobre deficiências, entre outros;

b) Dados de Colaboradores, Estagiários, Prestadores e Servidores Públicos:

- Dados cadastrais, funcionais e financeiros;
- Registros de ponto, frequência e folha de pagamento;
- Documentos pessoais, dados bancários, contratos de trabalho ou prestação de serviço;

c) Dados de Empresas e Representantes Participantes de Licitações e Contratos:

- Razão social, nome fantasia, CNPJ, endereço, telefone, e-mail;
- Dados bancários e financeiros para fins de pagamento;
- Documentação jurídica, fiscal e trabalhista;

- Dados dos representantes legais (nome, CPF, RG, e-mail, cargo/função);
- Propostas comerciais, atas, termos de referência, minutas e demais documentos apresentados durante o processo licitatório ou contratual.

d) Dados de Visitantes, Prestadores Eventuais e Outros Interessados:

- Nome, documento de identificação, registro de entrada/saída, imagem (quando houver monitoramento por câmeras), e outros dados necessários para fins de segurança, registro ou atendimento.

5. BASES LEGAIS PARA O TRATAMENTO

O CONSUD realiza o tratamento de dados com base nas seguintes hipóteses legais:

- Cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
- Execução de políticas públicas de saúde (Art. 7º, II e VIII da LGPD);
- Proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros;
- Tutela da saúde em procedimentos realizados por profissionais ou entidades da área da saúde;
- Consentimento do titular, quando aplicável;
- Legítimo interesse do CONSUD, resguardados os direitos fundamentais do titular.

6. FORNECIMENTO DE TERMOS DE CONSENTIMENTO

Nos casos aplicáveis, os pacientes e usuários dos serviços do CONSUD serão informados e convidados a fornecer Termo de Consentimento Livre, Informado e Específico, conforme os modelos previstos internamente, especialmente para tratamentos de dados sensíveis ou em que a base legal seja o consentimento.

7. COMPARTILHAMENTO DE DADOS

Os dados poderão ser compartilhados com:

- Entidades públicas conveniadas (Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde);
- Fornecedores e empresas contratadas com cláusulas específicas de adequação à LGPD;
- Autoridades judiciárias ou administrativas, mediante requisição legal;

- Prestadores de serviços médicos terceirizados, laboratórios e clínicas credenciadas.

Todo compartilhamento observará cláusulas contratuais específicas sobre confidencialidade, segurança e proteção de dados.

8. SEGURANÇA E ANONIMIZAÇÃO DOS DADOS

O CONSUD adota medidas de segurança da informação e anonimização conforme sua Política Interna de Anonimização de Dados, com aplicação de técnicas para tornar os dados não identificáveis sempre que possível, especialmente para fins de estatísticas, relatórios e análises de saúde pública.

São implementados controles de acesso, criptografia, backups periódicos e treinamentos aos colaboradores.

9. CONTRATOS E TERCEIRIZAÇÃO

Todos os contratos com empresas que tratam dados pessoais, especialmente os que operam sistemas de prontuário eletrônico, agendamento e exames, possuem cláusulas de adequação à LGPD, incluindo:

- Responsabilidades do operador;
- Obrigações de sigilo;
- Previsão de auditorias;
- Comunicação de incidentes;
- Confidencialidade dos dados tratados.

10. DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS

O titular poderá, a qualquer momento, exercer seus direitos, conforme Art. 18 da LGPD:

- Confirmação da existência de tratamento;
- Acesso aos dados;
- Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários;
- Portabilidade;
- Eliminação de dados tratados com consentimento;
- Informação sobre compartilhamento;

- Revogação do consentimento.

Os pedidos poderão ser feitos diretamente ao Encarregado de Dados.

11. ENCARREGADO PELO TRATAMENTO DE DADOS

Nos termos do Art. 41 da LGPD, o CONSUD designa como Encarregado de Dados:

Guilherme Corrêa de Lima

Analista em Informática

E-mail: encarregadodedados@consud.org

Telefone: 46 98801-6024

O Encarregado é responsável por atuar como canal de comunicação entre o CONSUD, os titulares e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), bem como por zelar pela conformidade legal e aplicação desta Política.

12. ATUALIZAÇÃO DA POLÍTICA

Esta Política será revista periodicamente e sempre que houver:

- Alterações legislativas relevantes;
- Mudanças nos processos internos ou nos sistemas utilizados;
- Ocorrência de incidentes de segurança ou novos riscos identificados;
- Evolução das boas práticas em proteção de dados pessoais.

A versão atualizada estará disponível no site oficial do CONSUD.

13. VIGÊNCIA

Esta Política entra em vigor na data de sua publicação e permanecerá vigente por prazo indeterminado, enquanto o CONSUD realizar o tratamento de dados pessoais.